



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Apresentação: 20/05/2025 18:37:39.723 - PL261424
EMC 2668/2025 PL261424 => PL 2614/2024
EMC n.2668/2025

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-2034

PROJETO DE LEI Nº 2614/2024

Emenda modificativa ao Plano Nacional de
Educação, referente ao Objetivo 4 do Anexo.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

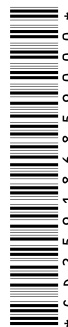
O Objetivo 4 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Objetivo 4: Assegurar que todas as crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória concluam o ensino fundamental e o ensino médio na idade recomendada para essa etapa da escolarização, respeitadas as especificidades das modalidades educacionais, com superação das desigualdades (sociais, étnico-raciais, de gênero, referentes a presença de deficiências, territoriais, de origem) e inclusão.”



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 617 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tel (61) 3215-5617 | dep.professoralucienecavalcante@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://rfm09g-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/> ou 0500-28052010
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

JUSTIFICATIVA

Idade “regular” é um termo genérico que pode causar equívocos (involuntário ou deliberado) na interpretação e, por consequência, na aplicação da lei. Ainda, a abordagem proposta garante o respeito a certas modalidades educacionais assegura que o objetivo de enfrentamento às desigualdades não seja contraditório com o princípio da inclusão, pois respeita as singularidades do desenvolvimento sem abandonar o compromisso com a qualidade educacional para todos, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) e as diretrizes da educação especial na perspectiva inclusiva, que priorizam o desenvolvimento integral em detrimento de padrões rígidos de desempenho. A mudança proposta representa um avanço conceitual e prático, ainda, ao substituir "reduzir" por "superar" as desigualdades, enfatizando a necessidade de ações estruturais que combatam as causas profundas das disparidades educacionais.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

